

Texto de Contextualização Histórica sobre a Criação da Uergs

Autoria de Alexssander Nascentes da Silva, graduado em História e em Ciências Contábeis, Analista: Contador na Uergs, integrante da Comissão Permanente de Memória da Uergs.

A primeira universidade criada em solo gaúcho foi de caráter estadual. As primeiras ideias de implementação de uma universidade estadual no Rio Grande do Sul se deram na década de 1920, motivada pelas discussões da criação da USP (Universidade de São Paulo). A criação de outras universidades nos estados de Minas Gerais e São Paulo incentivou, no Rio Grande do Sul, a implantação da Universidade de Porto Alegre em 1934, no governo de Flores da Cunha. Mais tarde, houve a mudança do nome para Universidade do Rio Grande do Sul. Em 1950, a referida instituição foi federalizada e se tornou a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Por volta dos anos 1950, em território gaúcho, houve a criação de universidades no interior do estado. Além das universidades federais criadas em Santa Maria, Pelotas e Rio Grande, houve também o surgimento das chamadas universidades comunitárias. Esses estabelecimentos de ensino superior tinham por objetivo a integração e o desenvolvimento regional, por meio de uma educação que atendesse às necessidades das localidades em que se inseriam. As universidades comunitárias se colocavam como centros de irradiação de cultura, cumprindo papel essencial ante o acelerado progresso comercial e industrial que ameaçava descaracterizar as regiões e suas particularidades distintas dos grandes centros¹. O modelo de organização e atuação das universidades comunitárias serviu de base para a criação da Uergs.

As últimas instituições públicas de ensino superior criadas no Rio Grande do Sul foram em 1969. A partir de então, a expansão do crescimento do ensino superior se deu no Rio Grande do Sul através das instituições particulares, seguindo uma diretriz nacional de enfraquecimento do ensino superior público no país.

No final dos anos 1970, houve uma primeira tentativa de fato em criar uma universidade estadual gaúcha. O contexto social permitiu que houvesse uma abertura para discussão de temas que até então não eram abordados em virtude da forte repressão advinda do período da ditadura militar. No início de 1979, houve a revogação do Ato Institucional nº 5 e, em agosto, foi decretada a lei da anistia. Esse ambiente motivou a

¹ VECCHIO, 2010, p. 51.

reivindicação de diversas pautas sociais que já vinham acontecendo alguns anos antes. Além das manifestações a favor da anistia ampla, geral e irrestrita, houve a retomada do movimento estudantil, as greves dos metalúrgicos do ABC paulista e o novo sindicalismo, a criação do Movimento Negro Unificado, o Movimento Feminino pela Anistia, greve da rede pública de ensino, Movimento contra o Custo de Vida entre outras².

A pauta da educação foi reivindicada com bastante força por todos os movimentos citados anteriormente. De modo especial, as universidades e o movimento estudantil se reorganizaram, pois tinham sido alvo direto das políticas repressoras dos anos 1960 e 1970. Nesse contexto, surgem organizações importantes que iniciaram o debate para a criação de uma universidade estadual gaúcha.

Uma delas foi a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES) em 1981. O ANDES se posiciona na luta por uma educação superior pública e de qualidade, combatendo os processos de mercantilização do ensino superior brasileiro³. A União Nacional dos Estudantes (UNE), posta na clandestinidade no regime militar, recuperou sua legalidade e retomou suas lutas históricas em defesa da educação.

Importante destacar a greve da rede de ensino público ocorrida em 1979 em defesa da escola pública e da valorização profissional dos(as) professores(as). O movimento contou com apoio do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (SINPRO). Os militantes passaram a organizar a categoria pela base, nas escolas, com a eleição de comissões representativas e nos centros e associações de professores(as) nas universidades.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, movimentos estudantis e docentes apontavam sobre a necessidade da fundação de uma universidade estadual no Rio Grande do Sul. Impulsionado pelo movimento das “Diretas Já” e, principalmente, pela nova constituinte, fruto do contexto de redemocratização no Brasil, as ideias mais consistentes e organizadas surgiram em 1986.

A Constituição Cidadã de 1988 estabeleceu, pela primeira vez no Brasil, o compromisso do Estado Brasileiro com a saúde, a educação e a seguridade social. Além disso, reconheceu a importância das culturas indígenas e africanas como elementos

² PADRÓS et. al, 2014, p. 225.

³ CUNHA, 2017, p. 54.

essenciais na formação da cultura e do povo brasileiro. Esse reconhecimento da educação como fator essencial para o desenvolvimento do Brasil contribuiu ainda mais para a implantação de uma universidade estadual, pois, com a nova Carta Magna, o Rio Grande do Sul poderia contemplar e estabelecer essas diretrizes na sua Constituição em 1989.

A década de 1990 foi marcada por intensos embates no que se refere ao papel do Estado brasileiro frente às políticas públicas. Foi o período de privatizações de órgãos públicos, a política do estado mínimo, diminuição da participação do Estado como regulador da economia e das questões sociais. Essas diretrizes foram estabelecidas pela política do neoliberalismo.

No que se refere à educação, o final do século XX ficou marcado pelo sucateamento do ensino superior público. Havia uma clara tentativa de privatização das universidades federais. Intensas e longas greves de professores(as) aconteceram no Brasil naquele momento para alertar sobre a importância do ensino público, gratuito e de qualidade.

Em meio a esse momento desafiador em termos de educação pública, as tratativas para a criação da Uergs não foram abandonadas. Embora a Assembleia Legislativa gaúcha tenha aprovado a criação da universidade estadual em anos anteriores, a proposta foi vetada pelos governadores da época Sinval Guazzelli e Alceu Collares.

Intensos debates foram promovidos a fim de sensibilizar vários setores da sociedade gaúcha de que a criação da Uergs era viável. Essa mobilização se tornou mais intensa a partir de 1998, com a vitória da Frente Popular, representada pelo governador Olívio Dutra. Foram construídas, junto à sociedade gaúcha, diversos movimentos que serviram de apoio para que, de fato, a Uergs saísse do papel. Organizaram-se discussões internas, fóruns, seminários, reuniões, audiências públicas regionais e comissões parlamentares⁴. Vários atores sociais se envolveram e abraçaram a causa da Uergs com participação de sindicatos, centrais sindicais, trabalhadores(as) organizados(as), movimentos comunitários, empresários(as), partidos políticos, prefeitos(as), vereadores(as) e estudantes.

⁴ ALBUQUERQUE, ROSSATO, 2002, p. 96.

Os atores sociais são grupos, organizações, movimentos ou setores que intervêm na vida social em busca do atingimento dos objetivos que perseguem⁵. A ação desses diferentes grupos possui caráter político, buscando assim realizar mudanças ou perpetuar a realidade social. Verificou-se a mobilização e adesão intensa de diversos segmentos da sociedade gaúcha. Com o desenrolar do processo, observou-se que a proposta de criação da Uergs deixou de ser um projeto do governo para ser assumida pelos mais diferentes setores sociais e tornar-se realmente uma conquista de todo o povo gaúcho.

Dois eventos também tiveram papel importante para a consolidação da Uergs. A realização do Fórum Mundial de Educação sediado em Porto Alegre em 2001 e do Fórum Social Mundial em 2001 e 2002. Esses eventos propunham, em nível mundial, a busca de políticas alternativas àquelas do neoliberalismo, tendo como foco o papel da universidade como agente transformador e protagonista do desenvolvimento social. Parte de um processo amplo de construção de um desenvolvimento e de uma sociedade solidária⁶.

O Rio Grande do Sul, no período de 1999 a 2003, esteve na contramão das propostas limitadoras e excludentes no que se refere às políticas do neoliberalismo na questão da educação. Nesse sentido, o governo estadual gaúcho da época fortalece sua política educacional com a criação da universidade pública.

Desde as primeiras ideias de criação de uma universidade estadual no Rio Grande do Sul, sempre esteve em pauta a educação como forma de estabelecer igualdade, oportunidade, pluralismo de pessoas e ideias, inclusão social, democracia, respeito aos direitos humanos reconhecendo as diferenças.

A publicação da Lei nº 11.646, que autoriza a criação da Uergs, em 10 de julho de 2001, foi a mais relevante conquista em mais de trinta anos em termos de ensino público no Rio Grande do Sul. A partir dela, a Uergs pode ser instituída, por meio de escritura que a declara como criada, em 8 de outubro de 2001. A Uergs foi pensada em termos diferenciados de concepção, estrutura e organização. Então a universidade nasce como sendo uma instituição pública e gratuita, descentralizada e regionalizada, multi-campi, com autonomia didática, científica, com gestão administrativa, financeira e

⁵ RAUBER, 2006, p. 39.

⁶ ALBUQUERQUE, ROSSATO, 2002, p. 175-176.

patrimonial, democrática, voltada para o desenvolvimento da vocação regional, comprometida com o social, inovadora e contemplando reserva de vagas para alunos carentes.

Importante destacar que o processo de criação da Uergs foi amplamente debatido com a sociedade gaúcha. Houve uma intensa mobilização social que pressionou a Assembleia Legislativa permitindo que deputados estaduais mesmo de oposição, que formavam a maioria no parlamento, se sensibilizassem com a causa do ensino superior público. Desse modo, a vontade popular pautou o debate político reforçando o que era importante para os gaúchos e gaúchas e isso levou ao entendimento conjunto de que o anseio da população não poderia ser omitido e nem negligenciado. A criação de uma universidade estadual foi um desejo da sociedade gaúcha.

Assim, a Uergs tem um desafio enorme pela frente. Manter a sua proposta de instituição inovadora, capaz de promover o debate democrático, criar espaços para que a diversidade e a pluralidade sejam cada vez mais intensificados e valorizados. Proporcionar uma educação que leve à reflexão, ao questionamento e à elaboração do pensamento crítico. Atenta aos problemas sociais e propondo soluções para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Uma universidade voltada para o futuro, equânime, justa e solidária. Se posicionando frente às injustiças e lutando pela causa da educação em sua forma mais ampla. Uma universidade construída e amparada pela vontade do povo do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Beto; ROSSATO, Ricardo. **Uergs: uma trajetória de sucesso: registros para a história**. Santa Maria: Biblos, 2002.

CUNHA, Gabriel Borges da. **O Encontro Nacional de Educação (ENE): a articulação de atores sociais para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil**. 2017. 98f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PADRÓS, Enrique Serra et. al. **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. O fim da ditadura e o processo de redemocratização**. 3. ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. vol. 4.

RAUBER, Isabel. *Luchas sociales y organizaciones políticas*. 2006. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/4856.pdf>>.

VECCHIO, Rafael Augusto. **Universidades e Desenvolvimento:** um estudo sobre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Brasil. 2010. 274f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.